

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI

Apresento as seguintes propostas de atuação junto ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), com o compromisso de contribuir para o fortalecimento da governança democrática da internet, a ampliação da participação social e a construção de políticas digitais orientadas pelo interesse público.

1. Criação do Observatório Brasileiro de Data Centers

Propor a criação de um Observatório Brasileiro de Data Centers, no âmbito do CGI.br, para monitorar e dar transparência à expansão da infraestrutura de centros de dados no país. Diante do crescimento acelerado da inteligência artificial, da computação em nuvem e das redes de conectividade, considero estratégico reunir e disponibilizar informações confiáveis sobre capacidade instalada, localização, consumo de energia e água, conectividade e impactos ambientais dessas estruturas.

A iniciativa poderá subsidiar pesquisas, ampliar o acesso público a informações e contribuir para a formulação de políticas públicas que conciliem atração de investimentos, sustentabilidade ambiental, eficiência energética e hídrica e soberania digital, fortalecendo a capacidade do Brasil de planejar seu desenvolvimento tecnológico de forma transparente, responsável e alinhada ao interesse público.

2. Gestão Soberana de Identidades Digitais Descentralizadas no Brasil

Esta proposta defende o desenvolvimento e o estabelecimento de diretrizes nacionais pelo Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) para a implementação e adoção da Identidade Digital Descentralizada (Self-Sovereign Identity - SSI) no ecossistema digital brasileiro. O objetivo central é transicionar do modelo tradicional centralizado de autenticação para um paradigma onde o próprio cidadão detém o controle integral, exclusivo e soberano sobre suas informações pessoais e credenciais digitais, sem a necessidade de dependência de grandes provedores de plataformas ou autoridades centrais de custódia. A implementação da infraestrutura de Identidade Digital Descentralizada traz impactos estratégicos significativos: 1. Privacidade e Autonomia: O usuário decide exatamente quais dados compartilhar, com quem e por quanto tempo, eliminando a exposição desnecessária de informações sigilosas. 2. Mitigação de Fraudes e Vazamentos: A eliminação de grandes repositórios centrais de dados reduz drasticamente o risco de vazamentos massivos de dados corporativos e governamentais. 3. Conformidade com a LGPD: Reforça nativamente os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente a minimização de dados, a autodeterminação informativa e a transparência. 4. Soberania de Dados para o Cidadão: Garante a validação criptográfica de credenciais sem rastreamento contínuo da navegação e vida digital do cidadão por terceiros. Para viabilizar a arquitetura de SSI em escala nacional, o CGI.br deve liderar a articulação diante dos seguintes desafios:

1. Interoperabilidade entre Sistemas: Definição de padrões abertos comuns (como W3C Verifiable Credentials e Decentralized Identifiers - DIDs) para garantir a comunicação fluida entre sistemas públicos e privados. 2. Padronização Tecnológica: Estabelecimento de requisitos mínimos de segurança, escolha de redes

descentralizadas ou registros distribuídos de alta confiabilidade. 3. Marco Regulatório e Governança: Criação de diretrizes normativas claras que reconheçam legalmente a validade das credenciais verificáveis descentralizadas e definam as responsabilidades dos emissores e verificadores.

Recomenda-se que o CGI.br fomente e acompanhe a criação de projetos-piloto em setores estratégicos da administração pública e da iniciativa privada (como serviços bancários, educação superior e saúde digital) para avaliar a viabilidade técnica, resiliência e usabilidade da infraestrutura de SSI antes de sua eventual expansão e padronização em âmbito nacional.

3. Inteligência artificial e futuro do trabalho

Contribuir para a construção de debates e recomendações sobre os impactos da inteligência artificial nas relações de trabalho e nos serviços públicos, defendendo transparência, responsabilidade, proteção de direitos e participação dos trabalhadores nos processos de transformação tecnológica.

4. Transformação digital dos serviços públicos

Contribuir para os debates sobre a digitalização dos serviços públicos, defendendo soluções acessíveis, inclusivas e transparentes, que facilitem o acesso da população aos seus direitos, respeitem a proteção de dados pessoais e valorizem os servidores públicos.

Por meio dessas propostas, pretendo contribuir para que a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal esteja presente nos debates sobre o futuro digital do país, fortalecendo a atuação multisetorial do CGI.br e a construção de uma internet democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Documento assinado digitalmente
gov.br CELIO VIEIRA DE SOUSA
Data: 23/10/2026 13:39:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato à representação do Terceiro Setor no CGI.br
Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM/CUT